



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL NOS ESPAÇOS DE LUTA DOS DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

PEDRO HENRIQUE ALMEIDA BEZERRA¹

RESUMO

O artigo discute a inserção do Serviço Social nas lutas por direitos através de um resgate sócio-histórico. Destaca a transição de uma perspectiva conservadora na profissão para uma abordagem crítica, apoiada pelo crescimento do sindicalismo e movimentos sociais. Aborda os desafios contemporâneos, como a precarização do trabalho e a necessidade de um compromisso ético-político renovado.

Palavras-chave: movimentos sociais; fundamentos do Serviço Social; direitos sociais.

ABSTRACT

The article discusses the insertion of Social Work in the struggle for rights through a socio-historical recovery. It highlights the transition from a conservative perspective in the profession to a critical approach, supported by the growth of trade unionism and social movements. It addresses contemporary challenges, such as the precariousness of work and the need for a renewed ethical-political commitment.

Keywords: social movements; foundations of Social Work; social rights.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, apesar de atravessar a formação profissional e a regulamentação da categoria profissional, parece ficar em segundo plano quando se pensa em outras temáticas centrais que atravessam a profissão como o

¹ Universidade Estadual do Ceará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

debate sobre as políticas sociais e a questão social, por exemplo. Em pesquisa realizada na plataforma *Scielo*² utilizando os descritores “Serviço Social e Movimentos Sociais” foi possível obter apenas 32 resultados, se comparados as respostas aos descritores “Serviço Social e Política Social” com 129 e “Questão Social e Serviço Social” com 115, é possível corroborar, de forma preliminar, que a discussão da temática tende a ser secundarizada na produção acadêmico-científica da profissão.

O direcionamento geral desse estudo é possibilitar a reflexão histórico-crítica sobre a inserção do Serviço Social nos espaços de luta nos direitos e movimentos sociais e os principais desafios profissionais interpostos na contemporaneidade. No tópico 1, refletiremos sobre os fundamentos dos movimento sociais e da luta da classe trabalhadora e suas expressões contemporâneas; no tópico 2, buscaremos apreender as configurações do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e sua relação com o sindicalismo e com os movimentos sociais; por fim, no tópico 3, iremos desvelar os determinantes contemporâneos do trabalho profissional e os desafios para atuação nos espaços de lutas nos direitos sociais.

1 ESPAÇOS DE LUTA NOS DIREITOS SOCIAIS: FUNDAMENTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA CLASSE TRABALHADORA E SUAS EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS

Os fundamentos da organização da classe trabalhadora, e dos subsequentes movimentos sociais, remetem ao contexto da Revolução Industrial no século XIX. Nesse período, ocorreu à passagem da manufatura/artesanato para as máquinas a vapor iniciando assim o processo de industrialização que seria impulsionado com a chegada da energia elétrica, posteriormente. Os camponeses foram coagidos a migrar do campo para cidade, devido o cenário de mudanças sociais e políticas marcadas pela ascensão da burguesia. Ao chegar aos centros urbanos, os populares eram obrigados a vender sua forma de trabalho como única forma de sobrevivência. Dessa forma, generaliza-se o trabalho assalariado e intensificação da superexploração: com jornadas de até 16h diárias. Além disso, a expectativa de vida do trabalhador médio em Londres de 1820 era de apenas 21 anos (Montaño e Duriguetto, 2014).

As primeiras formas de organização da classe trabalhadora para se interpor a superexploração, podem ser definidas em três momentos: o ludismo, o cartismo e as *trade unions*.

² A pesquisa foi realizada no dia 26 de Agosto de 2024 no endereço eletrônico: < <https://www.scielo.br/> >.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O ludismo surgiu mediante o contexto de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (maquinaria) o que gerava um desemprego expressivo. Dessa forma, os trabalhadores começaram a se revoltar e quebrar as máquinas que estavam reduzindo seus postos de trabalho. Após fortes retaliações repressivas por parte do Estado, a classe trabalhadora buscou organizar-se de maneira mais formal, o que acarretou no surgimento do cartismo. Esse foi um movimento reivindicatório que apresentou as demandas da classe trabalhadora ao empresariado através de cartas. Essas pautavam os direitos trabalhistas, o direito ao voto e uma constituição que garantisse direitos básicos para classe trabalhadora. Por fim, o ápice da organização inicial dos trabalhadores foi o surgimento do sindicalismo. Em 1824, houve a conquista do direito de livre associação o que possibilitou o surgimento das *trade unions* viabilizando assim o surgimento de sindicatos, deflagração de greves e a organização de “caixas de resistência” para auxiliar os grevistas e desempregados. As principais conquistas desse movimento foram a progressiva redução da jornada de trabalho até 8h diárias, descanso semanal remunerada, fixação dos níveis de salário e a proteção contra acidentes (Idem, ibidem).

Um marco importante na organização da classe trabalhadora foi o advento do Manifesto do Partido Comunista e das Associações Internacionais do Trabalhadores (AIT). Em 1848, Marx e Engels lançam o Manifesto do Partido Comunista alinhando com a perspectiva operária que tinha como horizonte o movimento comunista, porém se diferenciando do socialismo utópico e blanquista. Defenderam a organização dos trabalhadores em partidos políticos (Idem, ibidem).

A Primeira Internacional (1864-1876), teve três principais vertentes de diálogo e debate: 1) Bakunin: propôs a criação de uma sociedade secreta internacional; 2) Proudhonismo: preconizava o poder do Estado como sinônimo de poder do capital, portanto ele deveria ser destruído; 3) Blanquismo: defendia o poder próprio dos operários para constituição de um Estado socialista. A Segunda Internacional (1889-1914) foi marcada por discussões polarizadas entre abordagens antagonizadas entre as ideias de reforma ou revolução. Engels pautou a intensa organização política dos trabalhadores e de sua força política inserida em partidos sociais-democratas. Ele defendeu uma perspectiva da transformação gradual da sociedade, contrapondo-se as abordagens de Lênin e Rosa Luxemburgo. A Terceira Internacional (1919-1943) nasceu em um contexto da Revolução Russa de 1917 e da criação da Internacional Comunista. Impulsionou uma agenda de ação programática em prol da revolução socialista. Previa ações em diversos campos, como na vida sindical, participação comunista nas eleições e

no interior dos sindicatos reformistas ou reacionários. Foi dissolvida por Stalin em 1943 (Idem, ibidem).

As primeiras expressões de organização da classe trabalhadora no Brasil surgiram durante o período da República Velha (1889-1930). Nesse contexto, o país estava em um lento e gradativo processo de industrialização com pouca ou nenhuma mobilização operária. Apenas com a vinda de operários europeus no final do século XIX, foi que surgiram as primeiras formas de sindicalismo no Brasil, eminentemente inspiradas pelas organizações trabalhadoras europeias. Em 1910, nas fábricas de São Paulo, a expectativa de vida do trabalhador médio era de apenas 19 anos. Alguns marcos históricos importantes: na década de 1920 surgiram as primeiras Associações de Auxílio Mútuo e as Ligas/Uniões Operárias. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tornou-se ilegal logo após sua inauguração, voltando a ser legalizado apenas em 1945 (Idem, ibidem).

Nesse período, Montaño e Duriguetto (2014) destacam que haviam pelo menos três vertentes de organização sindical: 1) anarcossindicalismo: entendia os sindicatos como órgãos capazes de operar a agenda revolucionária, ou seja, promover a revolução em si; 2) reformistas: acreditavam na transformação gradual da sociedade através da conquista de direitos; 3) sindicatos amarelos: preconizavam uma vinculação (dependência) com o Estado e buscavam conciliação entre capital e trabalho.

No período subsequente, temos a Era Vargas. Getúlio preocupou-se em regulamentar e controlar a classe trabalhadora em duas frentes: através da concessão de benefícios e direitos, de um lado, e pela cooptação dos sindicatos de outro. Em 1931, é sancionada a lei de sindicalização em que o Ministério do Trabalho foi autorizado a interferir nas eleições dos sindicatos e proibir debates e discussões. Esse movimento teve por objetivo institucionalizar e cortar a autonomia dos sindicatos incorporando-os ao Estado. Em 1932: somente os trabalhadores sindicalizados podiam acessar a Justiça do Trabalho, enquanto que a partir de 1934 apenas os sindicalizados tinham direito a férias remuneradas. Em 1939, uma nova lei homogeneizou os sindicatos provocando a perda de autonomia e de sua capacidade reivindicatória, transformando-os em associações assistenciais, recreativas e culturais. Em 1943, é instituída a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dessa forma, Vargas consolida seu mecanismo controle da classe trabalhadora (Idem, ibidem).

O período da Ditadura Militar será tratado no tópico 2, junto a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais. Por ora, gostaria de abordar o sindicalismo durante o período



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pós-ditadura, ou seja, na redemocratização. Nesse cenário, temos o surgimento do Novo Sindicalismo, caracterizado como classista na perspectiva da luta de classes, combatendo os sindicatos cooptados. Em 1980, temos a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), criado por militantes do novo sindicalismo, associações de bairro e intelectuais de esquerda. Em 1983, é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que adota uma perspectiva classista, autônoma e independente do Estado (Idem, ibidem).

2 SERVIÇO SOCIAL NOS ESPAÇOS DE LUTA: CONFIGURAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO INSERIDA NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

O Serviço Social é compreendido, pela literatura hegemônica da profissão, como uma especialização do trabalho coletivo no interior da divisão social e técnica do trabalho tensionado pela contradição burguesia x proletariado. Nesse sentido, lamamoto e Carvalho (2006), afirmam que pensar o Serviço Social:

Trata-se de um esforço de captar o significado social dessa profissão na sociedade capitalista, situando-as como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço de compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial (lamamoto; Carvalho, 2006, p. 71).

O Serviço Social no Brasil surge na década de 1930 atrelado a Doutrina Social da Igreja Católica com um viés reformista, empirista e pragmatista. Alça o pensamento conservador através das Ciências Sociais até o final da década de 1950. Os primeiros movimentos aos quais o Serviço Social se vinculou foram através da base militante tradicional católica: o Apostolado Leigo, a Ação Social e a Ação Católica. No entrecruzamento da doutrina católica com o positivismo científico, surge aquilo que lamamoto (2004) chama de arranjo teórico-doutrinário:

[...] o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão [...] ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empirista norte-americana (lamamoto, 2004, p. 21).

Nesse sentido, o discurso humanista soma-se a filosofia aristotélica-tomista e aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais, resultando em um arranjo teórico-doutrinário que visou oferecer ao profissional um terreno técnico-científico sobre o qual ela



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pudesse firmar suas bases (Idem, ibidem). Logo, a sobreposição dos referenciais doutrinários e teóricos conservadores aproximam o Serviço Social a um extrato eminentemente conservador da sociedade, o afastando dos movimentos sociais críticos e da luta da classe trabalhadora, em um primeiro momento.

No contexto do Brasil dos anos 1960, houve o fortalecimento do sistema democrático mediante a proposta populista do governo João Goulart (1961-1964), na luta pelas reformas estruturais e de base, que legitimou o surgimento e avanço de organizações político partidárias de inspiração socialista e revolucionária (Moro; Marques, 2011). Segundo Netto (2007) tal contexto favoreceu a erosão do tradicionalismo profissional através dos seguintes determinantes: 1) amadurecimento de setores da categoria profissional; 2) surgimento de católicos progressistas e da esquerda católica; 3) espraiamento do movimento estudantil; 4) interlocução com teorias críticas e nacional-populares.

Uma possível aproximação do Serviço Social com os movimento sociais críticos é interdito pelo Golpe Militar de 1964. Esse "neutraliza os protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da Sociedade e do Estado, cortando [...] um encaminhamento crítico e progressista ao Serviço Social" (Netto, 2007, p. 141). Durante a ditadura, consolidou-se um mercado profissional macroscópico, laicizado e centralizado, bem como um novo padrão acadêmico em nível de graduação e pós-graduação. Esse movimento forneceu bases para a guinada da profissão a um posicionamento de ruptura com o conservadorismo³ durante o período de redemocratização (Moro; Marques, 2011).

Somente a partir da década de 1970, é que foi possível vislumbrar uma aproximação efetiva e inserção do Serviço Social nos espaços de luta dos direitos e movimentos sociais. No final da década, ocorreu um estreitamento de laços da profissão com o movimento sindical, o que acelerou a sua guinada à perspectiva crítico-dialética. Nesse período, surgiram as primeiras

³ O conservadorismo se estrutura com base em dois princípios básicos (Barroco, 2015): 1) Reificação: dispositivo próprio do capitalismo para penetrar em uma ampla gama de esferas da sociedade e da vida social com objetivo de ocultar as determinações das relações sociais; 2) Irracionalismo: tem por finalidade disseminar o pessimismo, o anti-humanismo, o negacionismo e o individualismo, dissimulando assim as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O pensamento conservador compatibiliza-se com o capitalismo a partir do momento em que esse assume o *status quo* da ordem social. No contexto de consolidação da ordem do capital e da polarização entre burguesia e proletariado e suas propostas distintas para a sociedade, o pensamento conservador filia-se aquele que melhor corresponde a sua estrutura base: a) Projeto da classe trabalhadora: emancipatório, garantidora de direitos, construção de uma sociedade livre de exploração e desigualdades; b) Reprodução da sociedade do capital: fundada na exploração do homem pelo homem, no trabalho assalariado e na propriedade privada. Dessa forma, a filiação do conservadorismo com o capitalismo ocorreu por vias da afinidade em comum entre os dois sobre a manutenção da propriedade privada (Yazbek, 2020). A manutenção da propriedade privada e da família patriarcal foram elementos centrais para a manutenção e reprodução do capitalismo, principalmente do ponto de vista da divisão sexual do trabalho que garante a prole e a hereditariedade (posses) através das gerações.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

associações profissionais pré-sindicais: a Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) e a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). Em 1983, ocorre a primeira articulação político-organizativa da profissão associada as lutas sociais em curso na sociedade, mantendo uma relação com o movimento sindical classista da CUT. Nesse mesmo período é criada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS). As principais reivindicações do movimento sindical de assistentes sociais era: plano de cargos e carreiras para servidores federais, melhores condições de trabalho, aumento de salário e redução da carga horária (Mota; Rodrigues, 2020).

É no interior desse processo que se gesta aquilo que ficou conhecido como intensão de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo. Esse movimento buscou o rompimento com o tradicionalismo profissional através de um posicionamento crítico-histórico e dialético com a teoria social marxista, apesar de certas leituras enviesadas, em um primeiro momento, encabeçadas pelo Método BH na PUC-MG (Yazbek, 2009).

O ponto nevrálgico da virada profissional em prol de uma abordagem crítico-dialética foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979. Nesse evento, a comissão de honra, composta por membros da Ditadura Militar, foi deposta em favor de assembleias diárias em que foram deliberadas o compromisso profissional com a classe trabalhadora e o reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados (Mota; Rodrigues, 2020).

É nesse contexto que os profissionais se entendem como partícipes do movimento maior da classe trabalhadora. Inserem-se junto aos movimentos sociais através de instituições empregadoras ou em instituições de organização autônoma de classe, como sindicatos. Passando, assim, a atuar junto aos setores organizados da sociedade incentivando processos organizativos e apoiando lutas e reivindicações. Sua inserção ocorreu em setores organizativos urbanos como: associações de moradores, clubes juvenis e demais organizações urbanas (Idem, ibidem).

A inserção dos profissionais dos espaços de lutas dos direitos sociais e nos movimentos sindicais significou uma virada importante para o avanço do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. Segundo Teixeira e Braz (2009), tal projeto consolidou-se através de três principais expoentes: 1) Produção de conhecimento no interior do Serviço Social atestando a sua maturidade intelectual; 2) Consolidação de instâncias político-organizativa: CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO; 3) Dimensão jurídico-política: Lei 8.662/93, Código de Ética de 1993, Diretrizes Curriculares de 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dentro dos marcos legais da profissão, é possível citar pelo menos dois instrumentos regulatórios da atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais, são eles: o Código de Ética de 1993, que em seu art.12 estabelece: “Constituem direitos do/a assistente social: b- apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”; e a Lei nº 8.662/93, que em seu art. 4º estabelece “Constituem competências do Assistente Social: IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Dessa forma, o espaço-sócio ocupacional dos movimentos sociais passa a ser institucionalizado e legitimado pela categoria profissional.

As autoras Moro e Marques (2011) afirmam que existem três dimensões da atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais identificadas nas produções teórico-científicas: 1) Dimensão Teórica: debate sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS)⁴ como lutas segmentadas, por grupos sociais, com demandas específicas e focais. Possui como principal característica a heterogeneidade das demandas apresentadas e tem como expoentes centrais autores como Manuel Castells, Touraine e Boa Ventura de Sousa Santos; 2) Dimensão Política-Organizativa: repousa sobre o debate das divergências de posicionamentos sobre a dissolução da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) para inserção nos sindicatos multiprofissionais; e 3) Dimensão da Prática Profissional: relatam a dificuldade do Serviço Social em tomar sua inserção nos movimentos sociais como trabalho profissional, identificando portanto uma problemática relacionada com a institucionalização dos movimentos sociais.

Moro e Marques (2011) destacam os recursos e instrumentos metodológicos utilizados pelo Serviço Social na sua atuação junto aos movimentos sociais. São eles: a) Formação de

⁴ Segundo Montañó e Duriguetto (2014), os Novos Movimentos Sociais (NMS) surgem em meados do século XX, ora como complemento a luta dos trabalhadores (somando-se), ora como alternativa a ela (substituindo-as). No contexto histórico de 1968, ocorreram conflitos e manifestações nos Estados Unidos em que trabalhadores, estudantes, movimento negro, feminista, hippie e homossexual questionou a Guerra no Vietnã e o conjunto de valores socioculturais daquela época. Os autores destacam que existem três vertentes ideo-políticas nos NMS: 1) Teoria Acionalista: orientado por valores culturais ou subculturas remetendo a subjetividade e a cultura. Defendem a perda da centralidade do trabalho e dos conflitos de classe. Lutam por mudanças pontuais, não pensam a transformação social; 2) Esquerda Pós-Moderna: negação da sociedade de classes, da luta pela revolução e do marxismo. Defendem que a guerra, a poluição, o machismo e o racismo não podem ser explicados pelas relações de produção. Preconizam o fim da luta de classes e protagonismo das políticas de identidade. Baseada na razão pós-moderna parte de uma abordagem microssocial propensa a semiologizar o real; 3) Pensamento Marxista: Estado, sociedade civil e mercado são esferas da mesma realidade social e histórica participantes dos espaços de lutas, conflitos e disputas sociais. Preconizam a incorporação das demandas do NMS no interior da luta de classes. Os autores avaliam que os NMS possuem pontos negativos e positivos. Como positivo destacam: a importância de pautar e publicizar questões de gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, ecologia etc. Como negativo: alcance político limitado devido a desarticulação e fragmentação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alianças com vistas ao compartilhamento de poder entre técnicos, profissionais, sindicatos e grupos das classes subalternas, com objetivo principal de alterar a correlação de forças; b) Educação Popular: influência de Paulo Freire na construção de uma dimensão educativa libertadora na formação profissional. Tem como foco uma atuação junto aos populares refletindo sobre sua realidade e a luta por direitos; c) Investigação-ação: estabelecimento da unidade dialética teoria-prática como forma de superar o teorismo e o pragmatismo; d) Assessoria aos movimentos sociais: consiste em um processo de acompanhamento, mobilização e organização da população explorada.

3 DETERMINANTES CONTEMPORÂNEOS DO TRABALHO PROFISSIONAL E OS DESAFIOS PARA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS ESPAÇOS DE LUTAS NOS DIREITOS SOCIAIS

Para pensar o Serviço Social na contemporaneidade e os desafios da sua inserção nos espaços de lutas dos direitos sociais, é imprescindível refletir sobre as condições macroestruturais determinantes de produção e reprodução social na conjuntura corrente. Nesse sentido, é necessário evocar o cenário de crise do capital e de esgotamento do capitalismo maduro. Segundo Mandel (1982), não existe produção sem perturbações, ou seja, no capitalismo não há tendências ao equilíbrio. Pelo contrário, é inerente ao mundo do capital o desenvolvimento desigual e combinado. É possível citar pelo menos dois expoentes da remodelação contemporânea do capital: a Crise do Regime de Acumulação Fordista-Keynesiano⁵ e a Crise do Petróleo⁶ na década de 1970.

A resposta ao momento de crise acentuada do capital ocorreu através de duas frentes: o advento do toyotismo no patamar produtivo e do neoliberalismo no campo político e ideológico. A reestruturação produtiva apresentou-se como uma solução a crise de superprodução. Teve como direcionamento a automação tecnológica em favor da fragmentação do mundo do trabalho. Seus princípios foram voltados a substituição da fábrica pela empresa, flexibilização, redução de direitos

⁵ Ocorre em um contexto de declínio do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*) e fim da União Soviética. Segundo Behring e Boschetti (2011) a crise de superprodução pode ser caracterizada pela estagnação (dos estoques provenientes do fordismo), queda do volume comercial mundial, agravação do desemprego, alta dos preços das matérias primas, inflação e endividamento. Surge então um profundo dilema entre recessão profunda ou inflação acentuada que acaba causando uma crise fiscal no Estado.

⁶ Segundo Antunes (2015), a Crise do Petróleo foi desencadeada pelos países árabes organizados que decidiram pelo aumentando coordenado do preço do petróleo em mais de 400% (em março de 1974, os preços nominais tinham subido de 3 para 12 dólares por barril) em protesto ao apoio dos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociais e trabalhistas, desqualificação, terceirização, informalidade, trabalho temporário, parcial, *part-time*, subcontratação, exploração de mão de obra barata feminina e imigrante. Sua diretrizes focaram na vinculação da produção com a demanda, trabalho operário em equipe, *just-in-time*, *kanban*, horizontalização e Círculos de Controle de Qualidade (CCQs). Nesse cenário foi demandado um perfil de trabalhador: colaborador (parceiro da empresa), especializado, qualificado, polivalente e multifuncional (Antunes, 2015).

Já a ofensiva neoliberal teve como preceito a retomada das ideias do liberalismo econômico, ou seja: o mercado livre (*laissez faire*) combinado a intervenção mínima do Estado. O Consenso de Washington (1989) estabeleceu os preceitos do ajuste fiscal para os países de capitalismo periférico e sanções através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para implementação global das diretrizes do neoliberalismo. Nesse contexto as políticas sociais passaram a ser focalizadas, descentralizadas e privatizadas em uma proeminente disputa pelo Fundo Público. O mundo do trabalho passou a sofrer com desregulamentação das leis trabalhistas e com a legitimação da negociação direto com os empregadores, o que tornou o trabalho cada vez mais precário e individualizado em detrimento a negociação e articulação coletiva. As principais consequências desse cenário foram: contenção salarial, aumento da jornada de trabalho e obrigação a polivalência. Tudo isso baseado no discurso do empreendedorismo e no capitalismo de plataforma (Behring; Boschetti, 2017).

Os principais rebatimentos das políticas neoliberais no Brasil podem ser listadas da seguinte forma: 1) Plano Diretor de Reforma do Estado de Bresse Pereira (1995) - ministro da Reforma do Estado de Fernando Henrique Cardoso; 2) Desvinculação das Receitas da União (DRU, 1994), em 2015 foi atualizada: aumento de 20% para 30%; 3) Ajuste Fiscal Permanente: Emenda Constitucional no 95/16 (Teto de Gastos), Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, Reforma da Previdência - Emenda Constitucional no 103/19 e a Regulamentação do Trabalho por Aplicativo - Projeto de Lei Complementar nº 12/2024. Apenas para citar alguns marcos.

Nesse contexto, o sindicalismo neoliberal é caracterizado por Montaño e Duriguetto (2014) como enquadrado por uma visão socializadora: os sindicatos tendem a lógica da parceria. Buscou-se o consentimento dos trabalhadores através de elementos ideológicos, novos valores políticos, sociais e éticos por meio da cooptação das subjetividades. Reforçam-se discursos do “empreendedorismo” (“ser patrão de si mesmo”), da plataformização e da uberização. Nesse cenário, as reivindicações acabam por se restringir a luta pela preservação de direitos.

O Projeto de Lei Complementar nº 12/2024 foi proposto pelo Governo Federal e tem como objetivo regulamentar o trabalho por aplicativo. Inicialmente a proposta era de que fosse estabelecido um ganho mínimo para os motorista de aplicativo, que seria de R\$ 32,00 por hora como valor base. Segundo o portal Análise Política, foram disparadas *fake news* de que o Governo teria intenção de limitar os ganhos dos motoristas ao valor mínimo de R\$ 32,00. Essa e outras informações falsas que foram divulgadas sobre o projeto de lei, levaram milhares de motoristas as ruas para protestar contra a proposta. Durante manifestação ocorrida na cidade de Fortaleza – CE no dia 26 de março de 2024, Rafael Keylon (fundador da Associação dos Motoristas por Aplicativo do Ceará) relatou ao Jornal O Povo que o projeto tem “caráter taxativo, com foco em questões tributárias, que representa uma preocupação exacerbada do governo de arrecadar INSS”. Nesse sentido, o que poderia ser entendido como um movimento de regulação e garantia de direitos mínimos a uma parcela da classe trabalhadora extremamente explorada, acaba sendo recebida de forma enviesada pela categoria em si devido a propagação de desinformação.

Tal processo revela uma das faces mais perversas da conjugação do neoliberalismo e neoconservadorismo em prol da superexploração da classe trabalhadora: o uso das *fake news* como instrumento ideológico de desmobilização das lutas sociais. A propagação de notícias falsas operam através da reificação e do irracionalismo para ocultar e manobrar o proletariado a voltar-se contra si mesmo, ao preferir abrir mão de direitos e garantias em favor da retórica da autonomia e “empreendedorismo” proporcionado pelas plataforma digitais. É pois, a lógica da fragmentação e desarticulação que são utilizadas pelo capitalismo ultra-neoliberal como estratégias de fragilização dos movimentos sociais na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o panorama de mundialização do capital, reestruturação produtiva e ofensiva neoliberal, Mota e Rodrigues (2020) destacam dois principais desafios aos espaços de lutas dos direitos e movimentos sociais: 1) Institucionalização dos movimentos sociais através dos conselhos de direitos, transformando grande parte dos militantes em gestores da estrutura democrática estatal. Nesse cenário, o Serviço Social é desafiado a fortalecer a participação institucional como mecanismo de controle sociais e tomada de decisões; 2) Refluxo dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

movimentos sociais tradicionais, crise do sindicalismo e metamorfoses no mundo do trabalho. Somados a intensificação da alienação através da captura da subjetividade do trabalhador através do discurso do “empreendedorismo”, fragmentação e segmentação das lutas sociais. Para esse contexto, o Serviço Social é chamado a fortalecer a vertente marxista dos NMS, a qual tem como horizonte o fortalecimento da centralidade do trabalho e agregação da pluralidade de lutas sociais emergentes.

Iamamoto (2021) destaca dois outros desafios contemporâneos a atuação do Serviço Social: 1) Avanço da racionalidade pós-moderna e do neoconservadorismo⁷ como dispositivo ideológico que incide sobre a classe trabalhadora e sobre o Serviço Social. Podemos tomar como exemplo o movimento “Serviço Social Libertário” e suas 23 teses pela reforma do Serviço Social Brasileiro; 2) Avanço da precarização da formação profissional via privatização da educação (EAD). Nesse sentido demanda-se do Serviço Social contemporâneo uma: elevação do rigor teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político para viabilizar a apreensão dos determinantes conjunturais provenientes da mundialização do capital e do ultra-neoliberalismo.

O presente artigo busca oferecer uma reflexão crítica sobre o papel do Serviço Social nos movimentos sociais e nas lutas por direitos no Brasil, resgatando seus fundamentos desde a Revolução Industrial até a contemporaneidade. Buscou-se destacar a importância da organização da classe trabalhadora e do surgimento do sindicalismo como marcos na luta por direitos trabalhistas e políticos. O Serviço Social, inicialmente alinhado a uma perspectiva conservadora, começa a se reinventar a partir da década de 1970, quando a abordagem crítico-dialética ganha força, especialmente após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979. Este novo posicionamento propõe um comprometimento com as lutas sociais, refletindo uma maturidade intelectual e um alinhamento ético-político com as demandas da classe trabalhadora. Os principais desafios atuais revelam-se através da problemática da institucionalização dos movimentos sociais e da precarização da formação profissional, que exigem um reforço na perspectiva marxista e a adoção de um rigor teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. A análise aqui

⁷ O neoconservadorismo, é uma face do conservadorismo redimensionada para as novas exigências e demandas do capital mediante a sua crise estrutural caracterizada a partir dos anos 1970, que por sua vez desencadeou o surgimento do neoliberalismo. Logo, neoliberalismo e neoconservadorismo estão intimamente relacionados. Em um contexto de extrema precarização do trabalho, negação dos direitos conquistados, ajuste fiscal, desfinanciamento e focalização das políticas públicas. O neoconservadorismo funciona como um elemento ideológico de produção de consenso e cooptação das subjetividades. Em sua função ideológica, o neoconservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes - no caso brasileiro -, um modo de ser mantido pelas elites: racismo, preconceito de classe, misoginia, LGBTQIA+fobia, horror aos comunismo etc. A difusão do neoconservadorismo é facilitada pela reificação, que no capitalismo tardio, invade todas as esferas da vida social, obscurecendo suas determinações, e pelo irracionalismo e anti-cientificismo, dissimula as contradições sociais e suas consequências as naturalizando (Lukács, 1972; Barroco, 2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

empreendida conclui que é imperativo para os profissionais de Serviço Social intensificarem sua atuação nos espaços de luta, buscando não apenas a preservação de direitos, mas a transformação estrutural das relações sociais e trabalhistas no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. Boitempo Editorial, 2015.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2017.

BEHRING; BOSCHETTI. **Política Social**: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Kleber. **Motoristas de aplicativo em Fortaleza protestam contra projeto de regulamentação**. Jornal O Povo. Publicado em 26 de março 2024, acessado em 26 de agosto de 2024. Disponível em: <
<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2024/03/26/motoristas-de-aplicativo-em-fortaleza-prot-estam-contr-projeto-de-regulamentacao.html> >.

IAMAMOTO E CARVALHO. **O Serviço Social no Processo de Reprodução das relações sociais** in Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006, 19ª ed.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora**. CFESS. Diálogos do Cotidiano-Assistente Social. Reflexões sobre o cotidiano profissional. Caderno, v. 1, p. 16-48, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004, 7ª ed.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MONTAÑO, Carlos; LÚCIA, DURIGUETTO Maria. **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora, 2014.

MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. **A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade**. Temporalis, v. 11, n. 21, p. 13-47, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. Revista Katálysis, v. 23, p. 199-212, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

POLÍTICA, Análise. **O governo Lula criou um projeto de lei para estabelecer um GANHO MÍNIMO para os motoristas de aplicativos** [...]. Post na plataforma Twitter / X no dia 2 de abril de 2024, acessado em 26 de agosto de 2024. Disponível em: < <https://twitter.com/Analise2023/status/1775260752062108009> >.

TEIXEIRA, Joaquina Barata et al. **O projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.